

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.020 - SP (2019/0262711-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : ALISON FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOAO RICARDO MEIRA AMARAL - DEFENSOR PÚBLICO -
SP271555
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. SÚMULA N.º 182/STJ. AGRAVANTE QUE IMPUGNOU OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO RECONSIDERADA.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO. REGIME INICIAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRADO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por ALISON FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA contra decisão da Presidência desta Corte Superior que não conheceu de agravo em recurso especial devido à ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada (fls. 259-260).

Nas razões do agravo regimental, o Agravante sustenta que foram impugnados integralmente todos os argumentos lançados na decisão que inadmitiu o recurso especial, razão pela qual deve ser conhecido e julgado o recurso especial.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral Moacir Mendes Sousa, opinou pelo não conhecimento do agravo regimental (fls. 279-285).

É o relatório. Decido.

De início, observo que, nas razões do agravo em recurso especial (fls. 240-244), o Agravante impugnou direta e especificamente todos fundamentos da decisão agravada . **Por essa razão, reconsidero a decisão de fls. 259-260 para conhecer do agravo e passar à análise do recurso especial.**

Na petição do recurso especial (fls. 200-206), o Recorrente sustenta violação

dos arts. 33, § 2.º, alínea c e § 3.º, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal. A esse respeito, argumenta que *"a gravidade em abstrato do delito não serve como fundamento jurídico legítimo à fixação do regime inicial mais gravoso"* (fl. 204).

Todavia, em que pese o inconformismo do Recorrente, o Tribunal de origem, ao impor o regime inicial mais gravoso, apresentou a seguinte fundamentação (fls. 177-178; sem grifos no original):

*"Por outro lado, o regime prisional fechado não comporta qualquer modificação, pois é o que mais se coaduna com as circunstâncias objetivas e subjetivas do caso em concreto, na medida em que, a par da primariedade, o sentenciado, demonstrando ousadia e extrema periculosidade, **abordou pessoa idosa, munido com uma faca, em plena luz do dia, abalando-a psicológica e fisicamente**, pois referiu em audiência que, naquela data, **teve a pressão e diabetes alteradas**, chegando até mesmo a tomar calmantes."*

Como se vê, as circunstâncias concretas apresentadas pela Corte de origem, em especial o uso de uma faca na prática criminosa, a abordagem de pessoa idosa e as consequências da ação sobre o estado de saúde da vítima, a despeito de equivocadamente não terem sido utilizadas para majorar a pena-base, revelam a maior reprovabilidade da conduta e autorizam a imposição do regime prisional mais gravoso.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRETENSÃO DE INICIAR O CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME SEMIABERTO. IMPOSSIBILIDADE. REGIME INICIAL FECHADO DEVIDAMENTE MOTIVADO. GRAVIDADE CONCRETA. SÚMULAS N.os 440 DESTA CORTE E 718 E 719 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O enunciado da Súmula n.º 440 desta Corte consigna que, fixada a pena-base no mínimo legal, fica vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, tendo como fundamento apenas a gravidade abstrata do delito.

2. No caso, não há ilegalidade, pois as instâncias ordinárias apresentaram fundamentação concreta para estabelecer o regime prisional mais severo, qual seja, crime praticado em via pública e durante a madrugada, com elevado número de agentes e mediante grave ameaça que expressava a intenção de atirar na vítima.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 471.345/SP,

Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 28/03/2019; sem grifos no original).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. REGIME FECHADO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SÚMULAS N. 440 DO STJ E 718 E 719, AMBAS DO STF. OBSERVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

1. Não há ilegalidade na fixação do regime inicial fechado quando apontado dado fático suficiente a indicar a gravidade concreta do crime - na espécie, o concurso de três agentes, pelo menos um deles adolescente -, ainda que o quantum da pena seja inferior a oito anos (art. 33, § 3º, do CP). Respeito às Súmulas n. 440 do STJ e 718 e 719, ambas do STF.

2. Agravo regimental provido para reconsiderar a decisão singular e negar provimento ao recurso especial da defesa." (AgRg nos EDcl no AREsp 1.085.167/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 16/10/2017.)

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de fls. 259-260, a fim de CONHECER do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora